



**Todos
por
um só
Brasil.**

Todos por um só Brasil.

Documento da Fundação Ulysses Guimarães para contribuição ao debate e posicionamento partidário.

Senhor Presidente

Baleia Rossi

O Brasil encontra-se dividido, fraturado, não mais se reconhecendo em valores e princípios comuns. Se a Europa do pós-guerra conseguiu um grande desenvolvimento material, político, educacional e cultural, é porque soube estruturar-se em torno da ideia do Estado de Bem-estar material, respeitando o direito de propriedade, a livre iniciativa, as liberdades, a justiça social e fazendo com que o Estado e o mercado funcionassem em sintonia.

A nossa Constituição Cidadã, para a qual a grande contribuição foi de nosso partido, sem demérito dos demais, retomou, precisamente, esses valores. Eis por que nós, da Fundação Ulysses Guimarães, propomos este conjunto de ideias. O Brasil carece, mais do que nunca, de solidariedade, da contribuição de todos para todos, sem nenhum tipo de exclusão. Urge que nos reconheçamos em princípios que sejam por todos compartilhados.

Ciente de sua missão institucional, a Fundação apresenta ao MDB reflexões e proposições baseadas em sua trajetória política e, sobretudo, coerentes com as ações desempenhadas durante a gestão do partido à frente do Poder Executivo. O documento, dividido em três partes, apresenta contribuições considerando a importância de um posicionamento equilibrado e centrado, capaz de unir a "Terceira Via para o Brasil".

Além disso, resgata as conquistas e a relevância da credibilidade institucional, que são essenciais para a condução do País, e que sempre estiveram presentes nos governos do MDB, quando foi comprovada a capacidade de priorização do

princípio democrático. Portanto, é um texto que oferece ao País uma proposta preliminar, construída por brasileiros que pensam o Brasil.

Sendo assim, a composição ora apresentada não é ponto de chegada, e sim de partida, tendo sido fundamentada, estruturada e elaborada com base científica e sem dogmas, por meio de consulta a especialistas, gestores, técnicos e pesquisadores que são referência nacional em suas respectivas áreas de atuação. Objetivamos, assim, subsidiar a construção de uma proposta que seja programática, do ponto de vista político, e também pragmática, do ponto de vista administrativo, pois é exequível e possível de ser implementada gradativamente com a chegada do MDB ao Palácio do Planalto.

Nossa história nos habilita e credibiliza, razão pela qual submetemos ao partido este documento, que é acompanhado de um Manifesto, para que possa ser encaminhado a todas as forças vivas do MDB, com o intuito da promoção de debates e deliberação em nosso Congresso Nacional, que já tem data aprazada para dezembro.

Por último, este trabalho tem por destino subsidiar o partido para que, após discussão interna, possa, juntamente com as forças políticas democráticas, construir um pensamento e uma ação que unifique a construção de uma Terceira Via nas eleições de 2022.

Alceu Moreira

Presidente da Fundação Ulysses Guimarães

Todos por um só Brasil

Todo partido digno de seu nome deve assumir responsabilidades diante de seu país e, particularmente, diante de uma crise de proporções avassaladoras, como a hoje existente.

O MDB, fazendo jus à sua história, traz agora à discussão um conjunto de ideias que permita não apenas pensar a nossa situação, como também fornecer um conjunto de balizas que sinalizem concretamente para o mundo pós-pandemia. Temos, porém, consciência de que não há um antes e depois que possam ser distintamente separados, na medida em que vivemos um processo, no qual entramos sem saber e do qual não sabemos ainda como sair. A saída será um movimento, constituído de etapas, em que inúmeras decisões serão tomadas em função de fatos novos, alguns por enquanto imprevisíveis. Saída completa só ocorrerá com a aplicação massiva de novas vacinas ou novos medicamentos de cura, algo com o qual não podemos contar totalmente pelo momento.

Não propomos aqui um detalhamento de medidas, mas caminhos que sinalizem para um futuro melhor.

Quando o MDB assumiu o governo

em 2016 por força de uma difícil decisão do Poder Legislativo avalizada pelo Supremo Tribunal Federal, o Brasil estava em frangalhos. A queda do PIB nos dois anos anteriores era acentuada, os juros estavam altos, a inflação fugia do controle, o desemprego aumentava. A exigência de mudanças se fez presente, inclusive nas ruas. **O MDB soube responder à altura. Tomou prioritariamente medidas de pacificação nacional, chamando outros partidos a governar, ciente de que, sozinho, nada poderia fazer.** A sabedoria consistiu em compartilhar o Poder e administrar coletivamente, visando ao bem comum, ao bem de todos. Em um curtíssimo espaço de tempo, o País voltou a crescer, o desemprego começou a ser reduzido, a inflação foi totalmente controlada, os juros caíram e os brasileiros passaram a vislumbrar o futuro. **O seu legado foi um país arrumado e preparado para um salto para o futuro. O partido possui uma**

longa história, tendo exercido um papel central na restauração da democracia no Brasil. Foi um intransigente defensor das liberdades, sem as quais um povo se torna súdito e escravo. Lutou pelo fortalecimento das instituições republicanas e tudo fez para que o País encontrasse o seu rumo. Participou de coligações, governou por si mesmo, defendeu o diálogo político.

Com uma mescla de moderação e astúcia, o MDB consolidou o processo de redemocratização com a volta do voto direto, livre e universal garantido por uma Constituição verdadeiramente Cidadã. Na grave crise de credibilidade do governo em 2015, o partido apresentou uma proposta clara ao País, a “Ponte para o Futuro”,

e soube executá-la em parceria com o Parlamento, o que permitiu, em um curto espaço de tempo, a queda abrupta da inflação e a volta dos investimentos. **De um país combatido e paralisado, surgiu um país esperançoso e pronto para voltar a crescer. Ou seja, sempre que chamado, o partido mostrou a sua capacidade de restabelecer a necessária estabilidade para focar no que importa: emprego e renda. Nossa concepção, em linhas gerais, consiste em romper a falsa polarização entre uma extrema-direita populista e uma esquerda irresponsável com as contas públicas.** Ela consiste em abandonar a concepção política baseada no “nós contra eles”, consciente



de que a experiência histórica já mostrou aonde isso leva: a destruição do Estado Democrático de Direito. Vejam, ao nosso redor, o que acontece com a experiência chavista, “modelo” tanto da extrema-direita quanto da esquerda radicalizada; vejam o nosso destino se não soubermos dizer basta! A nossa concepção consiste em articular o diálogo social e político, procurando fazer com que os Poderes falem entre si. **Ela consiste em enfrentar a grave desigualdade social de nosso país, oferecendo educação de qualidade para todos, independentemente de condição social, gênero, raça ou religião.** Ela consiste em erradicar a pandemia no País, cujo tratamento irresponsável só gera doença, morte, fome e desemprego.

Em sua atuação governamental, o MDB fez face a grandes desafios, em momentos particulares de crise, sabendo olhar para o futuro e enfrentando graves problemas no presente. Construiu ampla base parlamentar de apoio, sem a qual nenhum presidente consegue realmente governar. Em vez da discórdia, o valor maior foi a concórdia. Realizou tudo isso com uma equipe técnica qualificada, articulando e coordenando politicamente, caminhando pelo centro e evitando os extremos.

O legado de José Sarney teve imenso impacto na ordem social e institucional da nação. Ressaltemos alguns pontos: **a) a transição democrática.** As instituições democráticas hoje vigentes são o fruto

deste nobre trabalho de construção de uma sociedade livre, mostrando como a política pode ser escrita com P maiúsculo;

b) justiça social. Lá, se iniciaram as políticas de reparação social, criando a base legal de programas sociais, os quais serviram de alicerce para ações que depois se desenvolveram;

c) cultura. Data desta época a criação de uma Lei de Incentivo à Cultura, algo vital para uma sociedade que se pretende esclarecida e educada.

d) proteção social. Implantação de um amplo sistema de assistência social, visando aos pobres e desamparados.

“Essa visão do MDB para explorar e reivindicar o serviço que prestou ao Brasil é única. (Um partido) que ajudou com que o País não se dividisse e ficasse unido, procurando atravessar as crises políticas para ter solução pacífica e política.”

- José Sarney

No governo Temer, os ganhos foram impressionantes para um curto espaço de tempo. Nunca se fez tanto em tão pouco tempo.

Vejam, brevemente, algumas medidas:

a) a superação da recessão de 8,6% acumulada nos últimos 11 trimestres; o País, já no primeiro ano, foi para um crescimento superior a 1%, em uma reversão enorme de expectativas;

b) a inflação aproximava-se de 10%, tendo sido reduzida, em 2017, a 2,95%, trazendo segurança e benefício social no controle da moeda;

c) a redução dos juros básicos próximos de 15%, tendo então caído a 6,5%;

d) a reforma trabalhista que, assegurando os direitos dos trabalhadores, modernizou toda uma legislação, que já estava vencida pelo tempo. O Brasil pôde olhar para frente;

e) a profissionalização da gestão das empresas estatais, com destaque para a Petrobras que, em crise, tendo sido apropriada partidariamente, conseguiu reverter a sua situação e se colocar como exemplo de gestão pública;

f) a reforma do ensino médio, avançando no conhecimento e na ciência, começando a superar a ideologização que havia tomado conta do setor;

g) a responsabilidade fiscal, mediante a introdução da Lei do Teto dos Gastos, com o intuito de impedir o descontrole dos gastos públicos, os quais terminam por prejudicar os mais pobres e desfavorecidos;

h) a manutenção e o fortalecimento de programas sociais como o Bolsa Família, com melhor controle de sua administração;

i) o relançamento do Minha Casa Minha Vida, bem-sucedida iniciativa do governo anterior;

j) o PPI, um usado plano de modelagem das relações público-privadas, focado em questões regulatórias e em aumento de investimentos, tendo se traduzido por várias concessões. Ressalte-se a sua transparência, não tendo se submetido ao peso das corporações públicas e privadas;

k) preservação ambiental, com a criação da **maior reserva** marinha do mundo, além da quadruplicação da Chapada dos Veadeiros;

l) diplomacia. Política externa multilateral, tendo como preocupação central a defesa dos interesses nacionais. Recuperou a credibilidade do País.

A pergunta, inevitável, seria: como tanto se conseguiu? Talvez uma resposta simples seja: com ideias, programas, competência e amplo espírito de conciliação nacional. Ainda antes de Michel Temer assumir o poder, a Fundação Ulysses Guimarães elaborou um importante documento, Ponte para o Futuro, que fazia um diagnóstico da situação e apontava rumos para o governo, com ideias, criatividade e, sobretudo, coragem para mudar. Pessoas competentes, partidárias ou não, foram escolhidas para cargos-chave. **A luta do “nós contra eles” foi substituída pelo “todos juntos” pela reconstrução nacional.** O Poder Executivo trabalhou com o Poder Legislativo, viabilizando a aprovação de reformas necessárias para a modernização do Brasil. Imperaram o diálogo e o espírito de pacificação.

“É preciso derrubar os rótulos pelo bem do povo. Para o povo, são os resultados que importam, independentemente de ideologia. Toda a atividade política deve gerar paz, está na Constituição. No plano interno e no externo, o diálogo é possível e fundamental.”

- Michel Temer

Uma Terceira Via para o Brasil

O MDB aposta na democracia, na liberdade e na igualdade de oportunidades. Não se deixa levar por arroubos autoritários ou medidas populistas que tanto dano causam ao País e, em particular, aos mais desfavorecidos.

Este posicionamento traz três princípios fundamentais:

- a democracia, com absoluto compromisso com as liberdades e a defesa da Constituição, corretamente dita Cidadã;
- uma noção de desenvolvimento voltada para todos, sem exclusões e baseada na participação de todos; a igualdade de oportunidades é aqui o nosso norte;
- um governo funcional, fundado na competência, na execução e no manejo honesto e criterioso dos recursos públicos que são, de fato, dos cidadãos e empresas, daqueles que pagam impostos e contribuições.



Princípio 1 – Democracia

O MDB propõe vigilância permanente na manutenção dos princípios democráticos e constitucionais, não transigindo com qualquer forma de autoritarismo.

As ações políticas e de governo devem estar baseadas na pluralidade, defendendo a igualdade de direitos e o acesso a serviços e políticas públicas para todos os brasileiros.

A Constituição e as leis situam-se acima dos governantes e dos representantes políticos, devendo esses prestar a aquelas obediência e respeito.

Princípio 2 – Desenvolvimento para Todos

O nosso compromisso é com um desenvolvimento econômico que seja socialmente inclusivo, capaz de incorporar os brasileiros ao mercado de trabalho, à educação e ao bem-estar material. Trata-se de elevar o padrão social de todos, reconhecendo a dignidade humana de cada um.

Apostamos em um ambiente jurídico e empresarial que fortaleça a livre iniciativa, oferecendo a todos a oportunidade de trabalhar, de conseguir emprego e de criar empresas próprias. Favoreçamos o empreendedorismo dos brasileiros!

Princípio 3 – Governo Funcional

Um governo que funciona é aquele que se orienta pela compreensão das prioridades dos brasileiros, tendo consistência técnica e dedicação ao País. A responsabilidade fiscal é aqui um valor maior, sem o qual os mais prejudicados são os mais necessitados. Controlar a inflação significa controlar a moeda, que é um bem coletivo. Isso se traduz pela necessidade de uma gestão que dê agilidade e funcionalidade à máquina estatal, evitando desperdícios e valorizando os impostos e contribuições pagos.



Grandes Linhas

O Brasil exige que pensemos grande, consoante não somente com nosso tamanho continental, mas, sobretudo, com nossas aspirações nacionais. Um país que não se pensa é um país incapaz de vislumbrar o futuro. Eis por que o MDB se lançou nesta iniciativa de apresentar ideias que nos permitam sair dos impasses atuais.

- Sem igualdade de oportunidades, nenhum país pode crescer com justiça social. É não somente uma efetiva igualdade de todos perante a lei, mas, também, de uma educação de qualidade, de condições sociais e de amplo acesso de todos aos modernos meios de comunicação.
- O Brasil patina na educação. A pandemia mostrou uma educação pública de baixa qualidade, com escolas sem condições materiais de oferecer a seus estudantes internet e computadores, que poderiam contribuir deci-

sivamente para uma educação mais moderna e de qualidade.

- Os pobres foram os mais prejudicados. O Brasil não pode conviver com tal grau de injustiça social e disparidade de oportunidades.
- O País não pode permanecer refém de uma burocracia atrelada ao controle de meios, sem se preocupar com a finalidade social que deveria presidir as suas ações. Trata-se de criar uma gestão pública para o século 21 – compliance (integridade), mérito, tecnologia e moderna gestão de pessoas.
- Amar e respeitar a Amazônia e desenvolvê-la de forma consciente e sustentável – uma política ambiental que nos propicie orgulho, autoestima e reconhecimento. Agricultura e meio ambiente devem trabalhar de mãos juntas.

- Renda básica que erradique a pobreza e dê a cada brasileiro o direito pleno de cidadania, autoestima e emancipação. Logo, um programa atento à emancipação dos mais necessitados mediante uma política pública de criação e integração ao mercado do trabalho. O trabalho enobrece, o desemprego avilta as pessoas.
- Equilíbrio entre a promoção da igualdade social e a disciplina fiscal, pois as primeiras vítimas do desequilíbrio fiscal são precisamente os mais necessitados, os mais carentes. Urge uma reforma tributária que olhe para o contribuinte, simplifique o sistema de impostos e estimule o trabalho e o empreendimento e assegure o equilíbrio federativo.
- Marcos regulatórios sólidos, segurança institucional, jurídica e política que transmitam aos investidores confiança no futuro, que viabilizem vultosos investimentos em infraestrutura, particularmente em ferrovias, aeroportos, rodovias, transporte de cabotagem, área energética, conectividade em 5G, saneamento básico, entre outras pautas de infraestrutura.
- Valorização e defesa da democracia representativa e de suas instituições.
- Uma cadeia nacional da saúde enquanto defesa dos cidadãos e da soberania nacional.

Convergências

Na busca de ideias, a Fundação Ulysses Guimarães e o MDB consultaram vários especialistas, de diferentes concepções e horizontes partidários, sem nenhum tipo de preconceito, tendo como único norte encontrar caminhos para o Brasil. Preocupamo-nos com as convergências, com aquilo que nos une, e não com o que nos desune.

Ao longo do ciclo de debates “O Brasil precisa pensar o Brasil”, foram constatados diagnósticos convergentes, relacionados às demandas sociais contemporâneas e aos caminhos que precisam ser percorridos para que os problemas apontados possam ser mitigados ou sanados a curto, médio e longo prazo. Há a premissa inicial de que a pandemia gerada pelo novo Coronavírus mudou drasticamente o planejamento e a forma de atuação de governos, corporações e indivíduos do mundo inteiro ao longo do ano de 2020.

Não superaremos a grave crise econômica se não enfrentarmos a pandemia e seus efeitos com ciência, decisão e previsibilidade. Recuperando a confiança, o crescimento e o emprego voltarão. Se a pandemia não for devidamente enfrentada, com vacinas, distanciamento social, máscaras e álcool em gel, a economia continuará fraquejando e as pessoas serão cada vez mais abandonadas a si mesmas.

Às vésperas de mais um período eleitoral, e em meio a um contexto de profundas transformações, avanços tecnológicos, novas dinâmicas sociais e expansão da desigualdade social, está posto o desafio a todos os atores políticos: o que precisa ser feito? Nossa proposta reside em apontar caminhos, em sinalizar rumos que serão perseguidos por aqueles verdadeiramente interessados pelo nosso país. O Brasil está carente de ideias e de prospectos para sua realização. Neste contexto, defendemos políticas públicas modernas e arrojadas, novas formas de geração de emprego e renda, além de pesados investimentos na infraestrutura e na formação, qualificação e aprimoramento da nossa mão de obra, para que os brasileiros estejam alinhados às tendências e demandas do mercado de trabalho do século 21.

O mapa de navegação para o desenvolvimento do Brasil exige vultosos investimentos em infraestrutura. Com a incapacidade do Poder Público de concretizá-los, impera a necessidade de capital privado, que só será viabilizado após a consolidação de um ambiente adequado de negócios: segurança institucional, jurídica e política; além de marcos regulatórios sólidos, que transmitam aos investidores confiança no futuro, para a realização de aplicações de retorno a longo prazo. A gestão do MDB, pautada pela centra-

lidade, harmonia entre os Poderes e forte convergência com o parlamento, havia devolvido credibilidade à nação, entregando as reformas exigidas para se alcançar o equilíbrio fiscal das contas públicas. Em sua gestão, a confiança e a segurança propiciaram uma forte retomada dos investimentos nacionais e internacionais.

É imperioso destacar que o desenvolvimento da nação deve alcançar a todos os seus filhos, e, hoje, a maior angústia de milhões de brasileiros é a fome.

Um dado alarmante que ilustra essa triste realidade é o de que, em fevereiro de 2021, aproximadamente 70% dos 18 milhões de moradores de favela no Brasil não tiveram dinheiro para comprar comida. Ademais, nos últimos anos, vimos indicadores ligados diretamente à qualidade de vida da população piorarem, como a alta de preços, o desemprego em patamar elevado e a fuga de investimento para outros países. Uma nação verdadeiramente de todos deve garantir uma distribuição transparente, democrática, criteriosa e justa dos recursos para todos os brasileiros.

Nossa história, neste momento

decisivo, exige de nós a posição de “guardiões do bom senso” para que, de forma equilibrada e progressiva, possamos dar continuidade às reformas existentes ou às que foram interrompidas, pois, como já ensinava o saudoso Ulysses Guimarães durante a Assembleia Constituinte: “A nação deve mudar. A nação vai mudar.” Enquanto partido de centro, nosso compromisso primeiro é com reformas que saibam preservar o que merece ser preservado e, com coragem, mudar o que deve ser mudado.

Desenvolvimento para todos

Garantir a igualdade de oportunidades para todos os brasileiros deve ser a principal obstinação de um governo, por meio de políticas sólidas de Estado, baseadas em evidências e indicadores, visando à redução das desigualdades e promovendo a mobilidade social. Mais do que um consenso, há uma unanimidade: a Educação é o caminho para a construção de uma sociedade mais justa e digna, e deve se tornar uma prioridade nacional! A Educação é o melhor investimento que um país pode fazer a longo prazo, exigindo de todos um esforço de atualização, modernização e de qualificação de professores e alunos.

As condições do necessário distanciamento social mostraram não apenas a carência alimentar de crianças e jovens mais necessitados, mas também

o baixo nível digital da educação pública brasileira. Aulas on-line são majoritariamente utilizadas por escolas privadas que atendem a uma população de alta extração social, capazes de pagar por estes serviços. Logo, os que estão no andar de baixo da pirâmide social sentem ainda mais fortemente a desigualdade, não podendo ter acesso a um mundo digital que se impõe. Trata-se de lhes dar passagem para esse “novo” mundo, algo que veio para ficar. É imperioso elevar a capacitação educacional do povo mediante uma educação de qualidade, utilizando os novos meios tecnológicos e digitais. Tudo isso, evidentemente, valorizando os professores, treinando-os e aumentando os seus salários, tendo o mérito e os resultados enquanto princípios. Em decorrência, nas disputas que se aproximam, o País poderia vislumbrar um futuro de pessoas formadas pela ciência e tecnologia, capazes de fazerem parte de um mundo competitivo, digital e de inovação. A repercussão social, industrial e comercial seria aqui enorme. O Brasil mudaria de patamar social e educacional.

O Grande Avanço com a Educação é uma prioridade do MDB para o Brasil. Frisemos que não há como pensar em igualdade de oportunidades sem elevar a qualidade da educação e ampliar o seu acesso. Avançar na Reforma Educacional a partir da sala de aula pressupõe renovação de metodologias, utilização das mais modernas e eficientes

ferramentas educacionais, em particular as digitais, alcançando todas as crianças, jovens e adolescentes, sobretudo os mais carentes. Isso implica, inclusive, fornecer computadores para os que não têm condições de comprá-los e dotando as escolas de internet de qualidade. Eis o nosso maior compromisso, a nossa prioridade! O valor da educação é incomensurável.

Um desenvolvimento para todos igualmente requer o redesenho da estrutura federativa, com uma ‘nova’ distribuição de recursos públicos, tanto na receita, graças a uma ampla discussão sobre uma reforma tributária que facilite a vida de pessoas e empresas; quanto também na despesa, que deve ser liderada pelos municípios sempre que possível, dentro dos princípios do municipalismo, reduzindo assim o caminho dos recursos públicos, facilitando a fiscalização e promovendo a integração interna nacional.

Urge uma Reforma Tributária que pense no contribuinte e no consumidor, base mesma da cidadania.

Por sua vez, a simplificação do sistema tributário aumentará a produtividade das empresas melhorará a vida de quem produz e trabalha no Brasil, atraindo investimentos e melhorando a condição social de todos. Assinale-se que os municípios têm uma sobrecarga de responsabilidades no

contexto da federação, sem que, no entanto, os recursos redistribuídos pela União satisfaçam as suas necessidades. Atualizar a divisão do bolo tributário é também uma das urgências do nosso país. Fortalecer os municípios significa garantir melhor educação e mais atenção à saúde básica, porque é efetivamente na sua esfera que recaem as maiores responsabilidades.

Do ponto de vista político, nosso sistema eleitoral deve ser reformado, atento às melhores condições de exercício da democracia. Eis por que defendemos eleições com menor custo, algo que pode ser atingido por intermédio do voto distrital e do voto proporcional por lista, com o substancial ganho de aproximar o eleitor de seus representantes políticos. Trata-se de empoderar o cidadão enquanto eleitor. O aperfeiçoamento real da democracia brasileira só poderá vir através de uma qualificação do diálogo institucional, o que se traduzirá por um verdadeiro diálogo entre o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, com pesos e contrapesos, dando maior transparência à estrutura institucional do País. Ou seja, pensamos ser necessário devolver a dignidade à política e não fortalecer o seu aviltamento atual. Política e moralidade não são termos que se excluam entre si.

Isso significa, de modo mais geral, a construção de um projeto que apresente visão de futuro contextualizada com a sociedade moderna, as novas tendências

e demandas sociais, respeitando o passado e a história política do País, e que também responda de forma efetiva aos atuais desafios da sociedade contemporânea. O desenvolvimento para todos exige, de maneira inegociável, a defesa dos princípios constitucionais e os Poderes constituídos, assim como de suas instituições; afinal, a qualidade da nossa democracia impacta diretamente nas questões econômicas e sociais, mais do que qualquer outra reforma.

Desenvolvimento econômico

O sucesso econômico de uma nação deriva da ação ou da omissão de seus governos. Não se trata de análise, mas de um fato que se sobrepõe a questões ideológicas. Logo, compete ao Estado, e não à iniciativa privada, a formulação das políticas públicas necessárias para o País. Políticas públicas baseadas em regras claras, estáveis, que propiciem um efetivo ambiente de investimento. Se, em lugar desta estabilidade, tivermos a insegurança e o arbítrio de interferências governamentais, os investimentos serão substancialmente reduzidos, resultando o desemprego, a inflação e a queda de renda da população. A segurança jurídica e a institucional são condições igualmente importantes de uma economia saudável e pujante.

Por sua vez, os custos da ineficiência e do desperdício sobrecarregam e, ao

mesmo tempo, debilitam o Estado como executor de políticas públicas fundamentais. O ex-presidente Temer sinalizou positivamente com a Lei do Teto Constitucional de Gastos, que se traduziu por uma confiança dos investidores em nosso país. O resultado foi o de que o Brasil voltou a crescer. Entrementes, novas necessidades surgiram neste período, como as oriundas da pandemia, exigindo do Estado uma maior intervenção mediante o auxílio emergencial conferido a mais de 60 milhões de pessoas que ficaram desprotegidas. O Estado foi novamente exigido em sua missão social, para além do despreparo do governo atual e de seus erros de concepção e de improvisação. Isso propiciou, inclusive, uma certa manutenção do poder de consumo dos setores de baixa renda, bem como garantiu a sobrevivência de milhares de empresas no Brasil.

É obrigação nossa repensarmos o papel social do Estado, garantindo ao mesmo tempo a confiança daqueles que empreendem.

Sua função é tanto mais necessária por vivermos em um país com graves desigualdades sociais. Obrigação essa

que inclui igualmente que ele não continue a ser refém das corporações e estamentos que capturam para si a maior parte da renda nacional. O Estado não pode ser o dos privilegiados, mas o dos carentes e deserdados.

Políticas de tal tipo requerem projetos sólidos de parceria público-privada, tais como foram pensadas, planejadas e executadas pelo governo do MDB. Seu objetivo consiste em suprir as necessidades de investimentos, algo que o Estado não consegue fazer, e fornecer serviços de qualidade à população através de marcos regulatórios transparentes e juridicamente perfeitos, com sólida segurança para todo aquele que empreende. Sem segurança, não há investimentos de longo prazo. Áreas particularmente propícias para tais investimentos são as obras e melhorias em ferrovias, aeroportos, rodovias, transporte de cabotagem, área energética, conectividade em 5G, saneamento básico, entre outras pautas de infraestrutura. Isso demanda igualmente a elaboração de projetos arrojados e transparentes, de ampla discussão nacional. Nesse debate, a reserva de águas deve ser priorizada e tratada como a mais nova commodity de relevância mundial, podendo o Brasil ser um novo player mundial neste setor.

Não se pode ignorar que há no mundo um novo ciclo de desenvolvimento econômico, marcado por um grande encadeamento das cadeias globais que se retroalimentam, exigindo ganhos

substanciais de produtividade. O País deve inserir-se neste novo contexto, abrindo a sua economia e propiciando às empresas uma maior atuação internacional.

Devemos apostar em nosso grande diferencial como: possuímos 12% da água doce do mundo, temos a maior floresta tropical e a maior biodiversidade planetária e mais de 45% da energia que consumimos é derivada de recursos naturais. Podemos ter papel relevante no mercado de carbono, algo hoje muito demandado pelos países mais desenvolvidos e por suas empresas. A conservação do meio ambiente pode ser um grande ativo nosso. Isso implica valorizar e respeitar os recursos naturais, fazendo deles um instrumento de sustentabilidade econômica e de qualidade de vida, gerando confiança internacional. É necessário ter a clara visão de que a floresta em pé é importantíssima para todo o ecossistema, e que dela depende a abundância hídrica no País, fonte da riqueza maior do Brasil, que é o agronegócio. Na Região Amazônica, em particular, novas formas de atividade econômica devem ser incentivadas, voltadas para a preservação ambiental. Nesta perspectiva, a matriz energética do País deve ser aprimorada e diversificada, primando por escolhas de menor impacto ambiental, com fortalecimento econômico e modicidade tarifária.

Por conseguinte, nossas alternativas econômicas precisam ser diversificadas,

pautadas por evidências científicas, inovação e pesquisa aplicada. Instituições científicas independentes, dados confiáveis e transparentes são condições mesmas de políticas públicas modernas, onde não haja nenhum tipo de interferência política. A ciência e a tecnologia não se coadunam com a política e a ideologia, que devem ficar fora de seu âmbito. O setor agrícola e o industrial podem ser fortemente beneficiados por tal aporte de conhecimento e de técnica, conferindo sustentabilidade a todo este processo. Educação básica de qualidade, assim como escolas técnicas de ensino médio, são alicerces da nova economia, que requer grau elevado de conhecimento e manejo de tecnologia digital, sem os quais nenhum desenvolvimento econômico é hoje possível. Ou o país se coloca na vanguarda ou ficará atrasado e refém dos que sabem apostar na ciência, na tecnologia, em suma, no conhecimento.

Desenvolvimento social

As novas dinâmicas sociais do século 21, marcadas por constantes transformações, alteraram completamente o modo das pessoas de viver, conviver, produzir e consumir. O mercado de trabalho apresenta novas exigências de competências e habilidades. Entrementes, cresce no Brasil o contingente formado por

informais, desempregados e desalentados que somente será reduzido por políticas públicas que, gerem uma profunda inserção social.

Mais uma vez, retornamos à questão da importância da Educação. A dinâmica do mercado de trabalho está intimamente ligada ao desenvolvimento e à qualidade educacional. O compromisso com um grande avanço nessa área precisa ser uma das grandes lutas do MDB. Modernização, investimento, gestão conectada com a qualidade e indicadores de resultados escolares são elementos que poderão revolucionar a educação no Brasil. Igualdade de oportunidades é, sobretudo, educação de qualidade para todos.

Pesquisas apontam que cada ano de estudo impacta em 15,6% a mais no salário médio das pessoas. Contudo, antes da pandemia, o Brasil chegou à terceira década do século 21 amargando péssimos indicadores educacionais. O cenário é ainda mais constrangedor quando apresentamos resultados inferiores aos de países com economias mais frágeis do que a brasileira, o que é recorrente.

No Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, por exemplo, ingressamos o ano de 2020 com média de nota 5,7 nos anos iniciais e de 4,6 nos anos finais do ensino fundamental. No ensino médio da educação pública, a média não ultrapassa o índice de 3,9. São retratos da falta de proficiência em disciplinas básicas para

o desenvolvimento da cidadania e para o acesso a bens culturais e materiais por meio da ascensão social.

Fazer do conhecimento uma prioridade nacional é fundamental para o desenvolvimento econômico e social. Ressaltemos aqui o termo conhecimento, porque a Educação precisa ser de qualidade, capaz de melhorar efetivamente a vida do cidadão, e deve vir acompanhada de acesso pleno aos meios digitais.

Para isso, é essencial que as ações tomadas na busca pela igualdade de oportunidades não sejam consideradas como um gasto público, mas como um importante investimento. Em suma, para que possamos nos desenvolver, o Estado precisa dar atenção, em primeiro lugar, aos que mais necessitam.

Para ilustrar o que isso representa, deve-se afirmar que não basta garantir aos cidadãos com maior vulnerabilidade social apenas acesso à internet e aos meios digitais. Eles devem ser oferecidos a melhor

qualidade e o melhor acesso possíveis. É dessa forma que se viabiliza realmente um impacto positivo na sociedade por meio da Educação, capaz de libertá-los da exclusão e da invisibilidade a que foram submetidos durante décadas.

Já os programas de investimentos de infraestrutura nas escolas de todo o País devem ser alicerçados em conectividade, com equipamentos tecnológicos, lousas digitais e instalação de laboratórios de ciências e robótica voltados a metodologias ativas de aprendizagem. Nesse contexto, o acesso à internet de qualidade torna-se elemento intrínseco à garantia dos direitos fundamentais dos cidadãos, de forma universalizada. Constrói-se, dessa modo, uma política pública com a capacidade de, a longo prazo, tornar os cidadãos independentes da necessidade de recebimento de benefícios mensais continuados.

Programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, de grande sucesso, são mecanismos necessários, mas de efeito paliativo. Precisamos de políticas públicas sociais, que permitam que seus beneficiários tenham a capacidade de atingir a autonomia financeira, através da condição de conquistar vagas de emprego no novo mercado de trabalho, oferecido através de uma inclusão produtiva.

A concessão de benefícios sociais em forma de renda direta aos vulneráveis deve ser ofertada por meio de um programa unificado. Deveria ter como

contrapartida vinculada à permanência das crianças na escola, com metas de longo prazo e com canais de comunicação diretos, por intermédio de ferramentas digitais ou de agentes sociais, que mantenham dados e diagnósticos atualizados, com a finalidade de pautar os serviços sociais e o atendimento prioritário e tempestivo.

Devemos garantir que ninguém no Brasil tenha de sobreviver com menos de 1/12 da renda média *per capita* no País. Todavia, essa garantia deve estar atrelada ao acesso ao conhecimento, à Educação, à formação, à inclusão digital, capazes de reduzir a desigualdade social em uma dinâmica de longo prazo, criando um círculo virtuoso que movimenta toda a economia.

O sistema de cotas visa a garantir que, em um futuro imediato, rompa-se o circuito fechado da desigualdade e haja oportunidades justas para todos.

As ações desenvolvimentistas e inclusivas necessitam conectar desenvolvimento social e econômico com políticas transversais, com cadastramento de beneficiários que não deve ser realizado apenas por declaração, mas também com visitas domiciliares de agentes sociais, que podem, inclusive, ampliar o benefício aos que mais precisam.

É a política social promovendo o desenvolvimento das localidades e transformando a realidade econômica local.

O trabalho e o desenvolvimento social

O Brasil vive, hoje, o aumento do pior indicador social, que é a fome. É inadmissível a banalização do aprofundamento de uma crise humanitária dessa magnitude. O artigo 6º da Constituição Federal garante a alimentação como direito social, o que significa que esse deve ser uma verdadeira obstinação do Estado, inclusive, se necessário, com a universalização do acesso a itens da cesta básica.

O atual modelo de atendimento por meio do Bolsa Família empurra as pessoas para a informalidade, já que, muitas vezes, precisam optar por um emprego formal sem garantia de continuidade ou pelo direito de serem beneficiárias de um programa social. Os programas devem ser progressivos, possibilitando o recebimento concomitante, reduzindo-o gradualmente, assim que o trabalhador consolide sua posição no mercado.

De igual forma, deve haver políticas de subsídios ao salário dos trabalhadores, reduzindo a volatilidade e promovendo a autonomia e o protagonismo dos cidadãos. Os benefícios sociais, como o abono salarial, o seguro-desemprego, o FGTS e o Salário Família, que protegem o trabalhador contra flutuações no mercado de trabalho, deveriam de

alguma forma estar vinculados às ações de desenvolvimento social. O Estado precisa agir de maneira transversal e não segmentada, pois o século 21 nos impõe uma nova realidade, na qual os benefícios sociais, trabalho, previdência e seguridade social precisam estar contextualizados com as novas dinâmicas das relações laborais e socioeconômicas.

Prevenção e combate à violência

Historicamente, o Brasil apresenta uma das mais altas taxas de homicídios internacionais, além de indicadores elevados em outros crimes violentos. Uma das maiores dificuldades no que tange às políticas públicas de enfrentamento dessa maldade tem sido a mera tentativa de conter suas consequências, em vez de secar-lhe a fonte. Entretanto, a violência só diminuirá de forma significativa com pesados investimentos em educação. Evidentemente, a valorização dos profissionais de segurança pública e o policiamento ostensivo merecem atenção do Estado, mas compõem apenas uma parte de um amplo conjunto de políticas integradas de segurança cidadã.

Devem ser consideradas também, e de modo prioritário, a prevenção e a ressocialização enquanto formas de promover a redução da violência. Isso pode ser concretizado por meio de atividades

esportivas, culturais e educativas, sobretudo voltadas para as populações em situação de maior vulnerabilidade social e econômica, já que os índices de violência estão ligados aos patamares de desigualdade social, sobretudo nos grandes centros urbanos. Contudo, não se pode partir do pressuposto de que todos os criminosos possam ser ressocializados, pois há alguns, incorrigíveis, que, soltos, só voltarão a cometer as mesmas barbaridades. Socializam-se os ressocializáveis, mantêm-se presos os que têm propensão à crueldade e à brutalidade.

Não convém tampouco desatentar para que a igualdade perante a lei seja válida para todos: pobres e ricos, brancos, mestiços, indígenas e negros, homens e mulheres, todos os gêneros, jovens e velhos. E não como atualmente ocorre em que os mais abastados, capazes de pagar caros advogados, sempre se safarão da prisão, enquanto pessoas pobres serão relegadas à cadeia, inclusive sem julgamento. Não é admissível que tal grau de desigualdade social se faça presente em uma sociedade que, em sua Constituição, preza a igualdade e a justiça. A legislação penal deve ser aprimorada e aperfeiçoada à luz de tais considerações.

É fundamental igualmente a integração entre os Poderes, com definições claras acerca das atribuições de cada ente, e a priorização da recuperação dos espaços

nos grandes centros urbanos, como passeios públicos e transporte coletivo, no intuito de gerar uma sensação de pertencimento à sociedade com relação ao lugar em que vivem e aos espaços compartilhados pela coletividade. Nesse sentido, é fundamental que sejam adotadas medidas destinadas à capacitação continuada de educadores responsáveis por projetos desenvolvidos com crianças e adolescentes, além da adoção de metodologias integradas e contextualizadas com os problemas de cada região.

Modernização da gestão pública

Um dos pontos que precisa avançar com maior urgência no Brasil é o da modernização da Gestão Pública, que possui uma organização estrutural pesada e com práticas oriundas do século passado, as quais, frequentemente, não se refletem na execução de serviços de qualidade. Os programas que precisam ser implementados nas diversas áreas do Setor Público dependem de uma correta execução para gerar impacto positivo na vida de quem mais necessita.

Por isso, é preciso adotar procedimentos que aumentem a eficiência e a eficácia da gestão, gerando estímulo aos servidores e valorizando as boas práticas. A qualidade e o mérito devem ser o seu eixo básico. A melhoria da qualidade de vida no País

depende da correta aplicação dos recursos públicos e de foco no resultado, o que pode ser alcançado com ações como o aprimoramento da comunicação entre Setor Público e a sociedade e a proximidade da Gestão com as demandas do cidadão, reduzindo a burocracia e agilizando o atendimento. A transparência deve ser o seu norte.

É necessária a introdução de mecanismos modernos de gestão de pessoas, com a finalidade de avaliar e aprimorar a produtividade do setor público e seus órgãos. É urgente a criação de um banco de boas práticas para que as experiências bem-sucedidas na gestão pública brasileira possam ser replicadas e servir de base a gestores de diferentes esferas, em um processo de benchmarking.

O Brasil carece de uma ampla reforma na gestão pública, que estabeleça critérios de avaliação de desempenho justos e que incentivem o aumento da eficiência e a modernização dos serviços oferecidos para a população.

A sociedade atual é marcada pelo feedback constante dos usuários de serviços privados, e o mesmo sistema pode ser transposto e adequado para o setor público, graças à implementação da prática de avaliação permanente dos serviços públicos por parte dos cidadãos. Em certo sentido, pode-se dizer que a sociedade brasileira modernizou-se, enquanto o Estado anda a passos lentos. Outras ações fundamentais são a desburocratização dos serviços públicos e a utilização de softwares mais modernos de gestão e acompanhamento de processos e projetos. No interior do País, ampliar o acesso à internet é uma necessidade maior em órgãos públicos, que devem estar conectados para entregarem melhores resultados.

Um Estado avançado, conforme assinalado, deve realizar parcerias público-privadas para oferecer serviços de qualidade aos cidadãos, aprimorar a transparência das finanças públicas, apresentando dados como arrecadação e gastos públicos de modo mais didático e acessível aos cidadãos. Trata-se de um direito dos brasileiros. Essa é uma maneira de ampliar a participação direta da população.

Além disso, mecanismos de compliance, modernização e qualidade da gestão pública são uma exigência deste século. Não podemos manter no Estado brasileiro padrões antiquados, principalmente no que se refere à gestão de pessoas, mérito e controle social.

Pandemia e democracia

Embora guerras, catástrofes e epidemias tendam a ser esquecidas a médio e longo prazo, em um esforço psicológico de volta a uma “normalidade” anterior perdida, a dureza e a profundidade do ocorrido reconfiguram as relações humanas, os respectivos papéis do Estado e da sociedade, assim como o significado das fronteiras nacionais em um mundo globalizado. Questões relativas à própria condição humana ganham relevância neste contexto, como as do medo da morte e da doença, além das mais propriamente políticas como as da democracia e do autoritarismo, do nacionalismo e do mundo globalizado, do equilíbrio fiscal e da intervenção estatal, da cadeia produtiva nacional de saúde e da política externa.

A finitude da condição humana, enquanto questão, surge abruptamente com a irrupção do Coronavírus, atingindo o corpo mesmo das pessoas e confrontando-as à ameaça da morte súbita, imprevista. Elas são extraídas do seu cotidiano, passam a viver uma reclusão forçada e são levadas, queiram ou não, à introspecção. Algumas se voltam à solidariedade, ao fortalecimento da família, outras se sentem desorientadas ou, mesmo, abandonadas. Entre elas,

surgem diferentes demandas, como a ajuda familiar, o apoio dos amigos, até as mais propriamente “políticas”, decorrentes de pedidos de uma maior intervenção estatal. O medo da morte pode também se traduzir por demandas e medidas de maior autoridade. Não convém, porém, confundir autoridade e autoritarismo.

Tentações autoritárias já vêm se gestando há muito no Brasil e no mundo, ganhando maior atualidade neste fenômeno inaudito da pandemia. Governantes astutos podem se aproveitar dela para reforçar soluções autoritárias. Partidos de oposição, no outro extremo, podem igualmente dela se beneficiar para outras soluções autoritárias, embora se apresentem com roupagens democráticas. A democracia aparentemente guarda o seu valor, quando, na verdade, está sendo subvertida. O alvo perseguido tanto pela extrema-direita quanto por determinadas correntes da esquerda é o mesmo: a democracia representativa.

A democracia representativa, note-se, caracteriza-se pelo respeito às leis, à Constituição, sendo o processo eleitoral um de seus pilares. Isso não significa, porém, que um eleito, qualquer que tenha sido o seu apoio, possa subverter o ordenamento constitucional, que se situa para além de cada Poder constituído ou de cada eleito.

Os eleitos são representantes do povo, não podendo, sob nenhuma circunstância, encarná-lo. Discursos dos que se dizem identificar com o povo são aqueles que abrem caminho para soluções autoritárias. Têm eles a delegação popular por um tempo determinado, devendo seguir à risca o que a Constituição determina, ela sim o Poder maior.

O MDB vê com extrema preocupação esse cenário, comprometido, como sempre esteve, com os valores da liberdade e da igualdade social e de oportunidades. Nunca advogou por soluções autoritárias, jamais arredando

de sua intransigente defesa da democracia. A democracia, por assim dizer, faz parte do seu DNA. A figura de Ulysses Guimarães permanece o seu maior símbolo, pessoa ímpar na transição do regime ditatorial para o democrático. Desde então, foi fiador de todo esse processo, seja diretamente através de presidentes emedebistas, seja apoiando presidentes de outros partidos, ciente de que a democracia é uma flor frágil, que, se não for irrigada e cultivada, pode morrer. Em todas estas décadas, jamais o partido faltou em sua missão republicana na defesa das instituições.

Os extremos representam um perigo real para a democracia, perigo esse que está cada vez mais presente. Extrema-direita e setores da esquerda defendem, claramente, ideias antidemocráticas, entre as quais gostaríamos de ressaltar algumas, importantes no presente cenário:

a) a concepção da política baseada na distinção amigo/inimigo, como se o adversário devesse ser um outro a ser aniquilado. Todo crítico e adversário é considerado enquanto “inimigo”, para alguns os “políticos”, o “sistema”, a “extrema imprensa”; para outros, “os conservadores”, os “reacionários”, “os representantes do “capital”;

b) uma teoria conspiratória do mundo, como se os atores políticos fossem marionetes de forças ocultas que tudo manipulam. Para alguns, “os comunistas”, a “China”, a “esquerda internacional”; para outros, o “imperialismo”, o

“capitalismo” e a “direita internacional”; **c)** um desprezo pelas instituições democráticas, como se essas fossem meros instrumentos de conquista do Poder que, uma vez realizada, seriam o trampolim para a destruição destas mesmas instituições. Ambos advogam por uma suposta força abstrata do “povo”, conceito manipulado com propósitos próprios, como se a Constituição fosse um obstáculo para os seus objetivos;

d) um mesmo menosprezo pela imprensa e por meios de comunicação independentes, centrais para a democracia, mediante, em um caso, uso intensivo de fake news através de milícias digitais e robôs, em outro, mediante tentativas de controle;

e) o plano de manter a sociedade em constante confronto, como se devesse sempre estar polarizada, evitando qualquer tentativa de uma solução de centro e, principalmente, de estabilidade das instituições;

f) chama especialmente atenção, no caso particular da extrema-direita hoje, uma desconsideração pela ciência, como se o conhecimento devesse ser abandonado em proveito de opiniões arbitrárias e infundadas.

Diante deste quadro, o MDB defende as seguintes ideias:

a) a política democrática não é o lugar de oposições excludentes entre amigos e inimigos, mas o palco de diálogo e



parcerias. Adversários, por mais que apresentem divergências, compartilham princípios comuns, como os da defesa da democracia representativa, da liberdade e da igualdade;

b) a política é o lugar de confronto entre atores responsáveis por suas ações, não atribuindo essa “responsabilidade” a um suposto complô internacional. Os problemas sociais, econômicos e políticos são gestados e podem ser solucionados nos marcos mesmos da nação e na observação do que ocorre no mundo, em nome da defesa da soberania nacional;

c) o profundo respeito pelas instituições republicanas, cuja preservação é um princípio inabalável. O partido não se curva nem nunca se curvou a “atalhos” que procurem, pelo voto, substituições à Constituição por eleições plebiscitárias;

d) instituições estáveis são uma condição mesma da democracia, devendo ser conservadas e não usurpadas, como se tivessem de estar submetidas a questionamentos incessantes, abalando os seus fundamentos. Princípios democráticos são inquestionáveis, sendo os pilares de nossa própria Constituição, elaborada e aprovada com o apoio incondicional do MDB;

e) profundo respeito pela irrestrita liberdade de pensamento, de circulação de ideias, contra a censura, seja via uso de verbas públicas, seja via proibição expressa, seja ainda pelo uso de fake news que, como praga, se propagam pelas redes sociais;

f) defesa intransigente do conhecimento científico, base segura não apenas da luta contra o Coronavírus, mas por ser um pilar civilizatório, aquilo que a humanidade até hoje produziu de melhor. Acrescente-se, ainda, que não há ciência se não houver uma ilimitada liberdade de pensamento, que permita verificar hipóteses e possibilite um amplo confronto de teorias. Não é o lugar da ignorância, nem de soluções mágicas.

Intervenção estatal

Há uma demanda crescente por mais Estado, seja para prestar ajuda aos mais necessitados, seja para apoiar empresas mediante redução tributária ou subsídios, seja ainda sob a forma de amparo coletivo. As pessoas tendem a pedir mais proteção. Estamos observando que é exigido do Estado que seja, cada vez mais, não apenas um provedor coletivo, mas um cuidador-geral. Funcionaria ele à maneira de uma “economia de guerra”, tomando decisões que dizem respeito ao bem-estar geral, tendo ou não competência para tal. Em todo caso, ele é colocado nesta posição por famílias e pela sociedade em geral.

O exemplo mais evidente é o do provisionamento de equipamentos hospitalares, utensílios médicos e de produção e distribuição de vacinas, para não falar de alimentos para os que não possuem re-

ursos suficientes para adquiri-los. O partido compartilha destas preocupações, pois sempre fez parte do seu ideário a defesa dos mais carentes, sobretudo em um país como o Brasil, imerso em graves desigualdades sociais.

No entanto, maior defesa da igualdade social não significa abandono da disciplina fiscal, quando mais não seja pelo fato de que suas primeiras vítimas são precisamente os mais necessitados, os mais carentes, enquanto os mais favorecidos são os estamentos estatais e as grandes corporações públicas e privadas.

Não há sociedade desenvolvida que não se apoie na disciplina fiscal, condição mesma do crescimento econômico e do desenvolvimento social, com mais renda e salários para todos.

Não podemos tudo deixar nem a cargo do Estado, nem do mercado. Ambos têm virtudes e defeitos que devem ser bem dosados e, principalmente, equilibrados em proveito de toda a coletividade. Torna-se fundamental abandonar os extremos, pois posições parciais têm consequências que são prejudiciais a todos.

A pandemia exige gastos públicos emergenciais, capazes de fazer frente a

problemas graves de saúde, assim como econômicos e sociais. Cabe ao Estado fazer o diagnóstico do que é necessário e agir de acordo com estas orientações. Evidentemente, o gasto rompe com o equilíbrio fiscal, porém esse rompimento deve ser visto com bons olhos, sendo uma maneira de enfrentar um bem maior, o da saúde e suas decorrências. Contudo, há uma questão importante aqui presente, a da distinção entre um gasto emergencial e a responsabilidade fiscal. Ou seja, gastos emergenciais, passageiros, devem ser encarados pelo que são, a saber, provisórios e válidos somente para um período determinado de tempo. Se o emergencial se torna duradouro, a responsabilidade fiscal é abandonada e o País rumo para uma crise ainda mais severa no futuro. Seriam os privilegiados de sempre que colheriam os seus frutos e não a imensa maioria da população brasileira. Por exemplo, o Estado está falido e surgem demandas de aumento de salários do funcionalismo, nas esferas do Executivo, do Legislativo e do Judiciário, em níveis federal, estadual e municipal, como se tudo estivesse “normal”. Eis um dos riscos.

A cadeia produtiva da saúde

Entre as medidas que poderiam ser consideradas prioritárias em

investimentos, e de amplo retorno social, são as capazes de enfrentar os graves problemas de saneamento básico no mundo rural e urbano. Esgotos a céu aberto são uma triste realidade. A pandemia veio, ainda mais, a ressaltar as imensas dificuldades vividas pela população de baixa renda. Nem condições de comprarem máscaras e álcool em gel têm, enquanto convivem com o mau cheiro e várias formas de doenças, que potencializam a disseminação do Coronavírus. Investimentos nesta área, em parceria com a iniciativa privada, sob condições regulatórias que favoreçam a atuação empresarial, são tanto de retorno econômico quanto social. Poderíamos mesmo dizer que a dignidade destas pessoas seria resgatada. O Brasil melhor se capacitaria para o enfrentamento de futuras epidemias. Ressalte-se, ainda, que o enfrentamento destas questões possui um enorme impacto industrial, disseminando-se por todo o País, em zonas urbanas e rurais.

O grande desafio do Brasil tornou-se, agora, a formação de uma enorme cadeia produtiva da saúde enquanto estratégia de defesa nacional. Um dos grandes ensinamentos da pandemia reside no fato de que o Brasil não pode ficar dependente ou refém de outros países, pois o que está em pauta é a vida de seus cidadãos. Embora o País tenha um sistema de saúde público bem constituído, apesar de seus problemas de eficiência e produtividade,

ele se viu completamente desguarnecido, dado o tamanho da crise. A carência de leitos de tratamento intensivo, a falta de ventiladores respiratórios e equipamentos correlatos, a ausência flagrante de instrumentos de testagem, laboratórios de exame destes testes, além do financiamento claramente insuficiente de centros de pesquisa, públicos ou privados, nas áreas de pesquisa de vacinas e medicamentos. A capacidade científica e industrial do País exibiu todas suas carências, apesar do trabalho meritório feito por médico(a)s, enfermeiro(a)s, agentes de saúde e limpeza, hospitais públicos e privados, empresas e doações particulares importantes.

Urge que o Brasil construa uma cadeia produtiva nacional na área de saúde, afirmando a sua própria independência.

O MDB, fiel à sua história e a seus princípios, pensa ser tarefa do Estado contribuir financeira e regulatoriamente para que ela se constitua, em parceria com o setor privado, de modo que a instância estatal aja em sintonia e parceria com o mercado. Não se apregoa aqui nenhuma política supostamente, “desenvolvimentista”, que tantos danos causou

ao País, mas a defesa da soberania nacional, voltada para o bem-estar e a saúde dos brasileiros. Constata-se, isto sim, uma questão maior, a de o País poder controlar uma cadeia produtiva da maior relevância para a saúde nacional, um bem maior que deve ser defendido e preservado de todas as maneiras. A nação afirma-se maior do que a globalização.

Note-se que a construção de tal cadeia produtiva no Brasil será uma tendência a ser seguida, com maior ou menor força, em outros países, na medida em que tal diagnóstico se fizer igualmente por outros Estados, o que será muito provavelmente o caso.

Quem não enveredar por esse caminho, será um Estado-saúde dependente, em que a morte súbita dos cidadãos estará ainda mais à espreita. Até agora, ninguém consideraria ventiladores mecânicos, camas de hospitais, máscaras e outros equipamentos e utensílios médicos e hospitalares como essenciais. Bastaria ir ao mercado e comprá-los, uma boa parte deles sendo importada. Doravante, com a carência destes materiais, o que aparecia como secundário tornou-se principal e, mesmo, vital, vindo a ser uma questão de vida e morte. E vacinas são o bem maior a ser perseguido!

É imperioso que o Brasil invista ainda mais em ciência e tecnologia. A área da saúde deveria ser, neste contexto, prioritária por intermédio do financiamento de pesquisas em vacinas e medicamentos. O País deve contar apenas consigo mesmo. Já temos um marco institucional

para isto via CNPq, FINEP e CAPES, que requereria somente um redirecionamento e um aumento substancial de verbas, além das ações das agências estaduais de fomento. Contamos também com hospitais, institutos públicos de pesquisa e universidades públicas e privadas que poderiam ser incentivadas a aderir a um projeto nacional deste tipo. O papel central cabe aqui ao Estado.

O País possui um importante parque industrial na área de produção de medicamentos, porém substancialmente voltado para a produção de genéricos e similares, não contando com um relevante setor na área de pesquisa. Seria crucial que as indústrias investissem mais em pesquisa, associando-se aos institutos existentes ou criando laboratórios próprios voltados para esse tipo de pesquisa de ponta. O desafio apresentado pelo Coronavírus é somente um entre outros que certamente virão, exigindo capacidade de inovação e criação. Um marco jurídico sólido deveria ser construído de modo que as empresas se sintam seguras em seus investimentos e em suas parcerias com os institutos de pesquisa e universidades. Da mesma maneira, a indústria hospitalar nacional deve ser incentivada, de modo que os hospitais do País tenham condições de atender adequadamente pessoas vítimas de doenças e epidemias, sem que fiquem desguarnecidos como agora ocorreu. Parcerias público-privadas são aqui essenciais.

O País mostrou, na crise, ter um bom sistema hospitalar privado, público e filantrópico. O primeiro expôs a sua alta capacitação médica e técnica, inclusive científica; o segundo trabalhou com afinco no limite de suas possibilidades, expondo a sua qualificação, e o terceiro foi, proporcionalmente, pouco requisitado.

A crise mostra a necessidade de se repensar uma maior interação entre esses três componentes do sistema hospitalar, incrementando a sua sinergia e produtividade. Por exemplo, as Santas Casas de Misericórdia poderiam ter um aumento de receitas por intermédio de um reajuste das tarifas do SUS, atualmente

defasadas, de modo que não operem no prejuízo, aumentando, assim, o seu atendimento. Ou, ainda, todo o sistema hospitalar poderia ser incentivado a fazer pesquisa, sempre e quando, evidentemente, o único critério de alocação de verbas seja o mérito e não uma politicagem qualquer.

Um bom termômetro dos países que emergirão com mais força e, sobretudo, potencialidade reside nos que apresentarem maiores avanços na produção de vacinas e remédios contra o Coronavírus. Demonstrarão capacidade científica e tecnológica, ativo central no mundo atual. Serão esses países que mais poderão ajudar os demais com produtos qualificados e de valores acessíveis, aumentando, assim, a sua capacidade de inserção internacional. Será um instrumento importante nas relações externas, atingindo todas as nações e bilhões de pessoas. Destacam-se aqui: EUA, China, Alemanha, França, Rússia, Israel e Reino Unido. O Brasil deveria entrar nesta lista de países por sua capacitação e potência criativa. O futuro entrelaça-se com o presente e esse exige decisões a serem tomadas em períodos críticos.

Agricultura e pecuária

Um dos setores econômicos de ponta do País é o do agronegócio, mostrando competência empresarial, científica e tecnológica. A agricultura tornou-se um setor avançado da economia nacional, preservando o meio ambiente.

Estamos nos encaminhando para ser o primeiro produtor internacional de alimentos, nossa posição já estando entre as primeiras.

Os avanços foram indiscutíveis. Pensa-se sempre em safras maiores que se traduzem na realidade dos fatos. Há enormes ganhos de produtividade em uma mesma área cultivada. Do ponto de vista internacional, o País deverá incrementar sua inteligência internacional, assim como suas relações diplomáticas sem viés ideológico, sobretudo porque vários países serão tentados por uma volta a uma política de autoabastecimento, como se fosse vital para o país, apesar de custos enormes, a fim de proteger uma agricultura e pecuária fortemente subsidiadas. O Brasil terá, ainda mais, de lutar contra o protecionismo de outros países, que não hesitarão em

levantar bandeiras ambientalistas. A nossa legislação ambiental, reservando mais de 80% das propriedades à conservação ambiental na Amazônia, mediante o instrumento da reserva legal, é simplesmente omitida. É uma das mais progressistas legislações do mundo, não imitada pela Europa e pelos Estados Unidos, cujas OGNs e governos são fortemente críticos em relação a nós.

Já começamos a observar o fortalecimento do protecionismo contra o Brasil, apoiado por produtores e empresas locais, que não hesitam a utilizar as bandeiras ambientalistas, passando a exigir ainda mais medidas “protecionistas” e, agora, certificados sanitários e de saúde, estilo pandemia. São restrições a pessoas, empresas e trabalhadores, às quais se acrescentam as referentes aos animais e aos produtos agrícolas e pecuários. Estamos, na verdade, presenciando a volta do nacionalismo sob uma roupagem ambientalista, de saúde e sanitária em geral. O Brasil deverá ficar atento a essa nova dimensão da questão. Isso significa a adoção de medidas que fortaleçam nossas formas próprias de defesa, em antecipação ao que está por vir.

Torna-se, portanto, urgente que os maiores problemas da agricultura e da pecuária sejam enfrentados e esses dizem respeito ao que, em linguagem rural, se denomina de “fora da fronteira”. Dentro, os produtores, os empreendedores e as empresas já deram provas de poderem



enfrentá-los sozinhos. O mesmo não vale para o que está a cargo do setor público, cujas carências são manifestas. Os custos externos à produção propriamente dita afetam a capacidade brasileira de exportação e encarecem os produtos domesticamente. Há um problema de produtividade que se situa na logística, em muitos sentidos, ainda precária do País. É quase um milagre que o Brasil tenha conseguido uma posição de destaque no comércio mundial nestas condições.

Entre os principais gargalos do setor, ressaltem-se:

a) ferrovias: investimentos públicos e privados para aumentar a capacidade da malha ferroviária, assim como a recuperação de trechos ociosos;

b) rodovias: investimentos públicos e privados nas rotas de escoamento, bem como a manutenção do princípio de livre mercado no Transporte Rodoviário de Cargas;

c) hidrovias: investimentos contínuos em dragagem, derrocamento e sinalização para manutenção adequada dos canais de navegação;

d) agilidade no processo de licitação de terminais públicos (arrendamentos) e privados (autorizações). Note-se que estas questões de logística são altamente mobilizadoras do ponto de vista industrial e de criação de empregos.

“Dentro da porteira”, pode ainda o Estado dar uma importante contribuição

mediante maior investimento público em ciência e tecnologia, de forte impacto na produtividade agrícola e pecuária. Trata-se, de um lado, de uma maior alocação de recursos e, de outro lado, de uma definição de prioridades, de modo que essas sejam definidas em uma cooperação entre o setor público e o privado. Isso porque não basta que pesquisadores definam individualmente as suas prioridades de pesquisa sem levarem em conta as necessidades e as carências do mundo rural. Deve-se evitar um descasamento, como tem acontecido, entre a pesquisa e a tecnologia aplicada nos empreendimentos agrícolas e pecuários. Assinale-se, igualmente, a importância da assistência técnica para agricultores familiares, pequenos e médios, tarefa que tem sido melhor realizada por intermédio do sistema Senar/CNA, em contato direto com as necessidades do setor. Trata-se, mesmo, em alguns casos, da criação de uma classe média rural, que teria um enorme impacto social, sobretudo em regiões carentes. Ao aumentarmos a nossa capacitação científica e tecnológica, o País terá melhores condições de enfrentar os problemas que se avizinham. Observe-se que uma maior produtividade do agronegócio, em decorrência da ciência e tecnologia, se traduz por um maquinário moderno e de utilização coletiva, de grande impacto industrial e nas áreas do comércio e serviços.

Ressalte-se ainda a importância da agricultura familiar, fonte de renda e emprego, em boa parte do País, sobretudo nas regiões Sul e Sudeste. Baseada na propriedade privada e voltada para o mercado, ela permite que pequenos agricultores garantam a sua sobrevivência e ofertem produtos excedentes.

Tanto ela deve ser fortalecida por programas específicos, à maneira dos já existentes, quanto deve ser igualmente apoiada em sua integração ao agronegócio no “Sistema integrado de produção”, operante principalmente nas indústrias do tabaco, suínos e aves. As cooperativas, outra forma bem-sucedida de produção agrícola, empreendendo com seu próprio Sistema S, mostram a sua vitalidade, contribuindo para o aumento da produção nacional ao integrar pequenos e médios agricultores em unidades maiores de gestão, produção e comércio.

A pandemia terminou potencializando o comércio mundial de alimentos, com grandes países, como a China, aumentando a sua demanda, elevando os

preços internacionais, com repercussões domésticas. Os seus fluxos comerciais estão apresentando forte impulso. Ora, sendo o Brasil um dos maiores players internacionais neste setor, as pressões se farão inevitavelmente sentir, potencializadas mesmo pelo descaso governamental federal na área da saúde e por declarações despropositadas na área ambiental, particularmente sensível em questões comerciais. Isso exigirá, o que não tem sido o caso, muita clareza na definição dos objetivos estratégicos do País, sobretudo com vistas às nossas alianças no campo internacional.

Nação e globalização

A pandemia se mostra global, a reação a ela se mostrou nacional. Mundo globalizado é o da pandemia, desconhecendo fronteiras, raças, gênero, faixa etária e renda, enquanto as suas políticas de combate se concentram nas fronteiras dos Estados nacionais. Até aqui, a globalização se apresentava como o presente e o futuro, os Estados nacionais cada vez mais sendo relegados ao passado. Ora, não há política pública coordenada de combate à pandemia em escala supranacional, poucos ou nenhum país ajudando-se uns aos outros. Vimos produtos de saúde e hospitalares serem desviados de um país para outro. Os Estados menos preparados e com menor

presença internacional são desfavorecidos, aumentando a desigualdade social em escala global. O máximo que se tem em nível internacional de cooperação são as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS). No futuro, muito provavelmente, veremos no mundo pós-pandemia um fortalecimento dos Estados nacionais e um enfraquecimento da globalização. Não se deve, porém, confundir a reafirmação da nação com a volta a nenhum nacionalismo retrógrado ou xenófobo, como os que vigoraram na Europa na primeira metade do século 20.

No nível geopolítico, cada Estado atua segundo os seus interesses e conveniências, sem nenhuma noção de solidariedade. Pior, a procura por equipamentos hospitalares, remédios, utensílios de saúde e, principalmente, vacinas tornou-se uma guerra de todos contra todos. Regras de convivência e contratos foram e são desrespeitados. Os países mais desenvolvidos, inclusive, empregaram os seus Serviços de Inteligência e Espionagem para a obtenção de equipamentos, insumos e utensílios, se necessário for, enganando e ludibriando os outros. Não há aliados, tão só concorrentes em buscas desenfreadas de alcance dos seus próprios objetivos. Os EUA concentraram-se em si mesmos, agindo da maneira anteriormente descrita, não exercendo o seu papel de potência mundial. Não há espaço vazio nas relações internacionais. A China está, agora, ocupando esse espaço, tendo sido

capaz de exportar equipamentos, vacinas e utensílios médico-hospitalares para muitos países. Logo, o foco geopolítico também está mudando mais rapidamente na cena internacional. O Brasil deve seguir atentamente esse processo que se desenvolve em escala mundial.

Neste sentido, os EUA poderão sair diplomaticamente fragilizados no período pós-pandemia. Isso porque esse país voltou-se para seus próprios problemas internos de enfrentamento da epidemia, deixando de olhar para os outros países. Comportamento completamente inadequado para uma superpotência mundial.

Destaque-se, inclusive, que:

- a)** teve de recorrer à China para suplementos hospitalares e insumos, enviando, inclusive, 23 enormes aviões de carga para este país, passando para trás outros países, entre eles o Brasil, que teve suas compras de saúde prejudicadas;
- b)** os EUA tiveram de recorrer a seu grande rival internacional para se abastecerem internamente em itens de saúde essenciais para a sua população. Mostraram que não controlam sua cadeia produtiva nacional em produtos que são, hoje, considerados como essenciais.
- c)** eis um ensinamento crucial para o mundo pós-pandemia, devendo ser levado em consideração tanto do ponto de vista das relações internacionais quanto do planejamento interno.

**A “normalidade”
anterior não voltará.**

Nota final

Exaustividade, nem detalhamento, foram nossas preocupações. Tão só, um poderoso comprometimento com o País neste momento particularmente difícil de nossa história. Somos um partido inquieto, atuante e, principalmente, voltado para a dignidade da política. Política essa que se faz com a oferta de ideias, em um espírito de tolerância e abertura, produto atualmente raro em nosso cenário nacional. Nosso único objetivo, para além da discussão de nosso sofrido país, consiste em provocar o debate para que os cidadãos e os partidos brasileiros possam vislumbrar um esforço conjunto. Só ele poderá mostrar o caminho a ser trilhado.



FUNDAÇÃO
ULYSSES
GUIMARÃES



#PONTODEEQUILÍBRIO